

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO  
GUILHERME BONATO CAMPOS CARAMÊS

Coordenadores

# DIREITO EMPRESARIAL E O CPC/2015



Com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, torna-se relevante refletir sobre as consequências de sua aplicação. Além das dúvidas abstratas e eminentemente teóricas que já vêm desde a promulgação do Código, surgem agora elementos fáticos e de natureza jurisprudencial até então não contingenciáveis. Nesse cenário, a presente obra busca congregiar esforços de importantes profissionais do Direito brasileiro, munidos de grande conhecimento acadêmico e prático, no intuito de esclarecer quais as perspectivas das inovações legislativas quando confrontadas com a realidade empresarial. O desafio, portanto, torna-se ainda mais irresistível na medida em que se pretende analisar a legislação processual não apenas como um terceiro indiferente, mas sim sob um enfoque que visa redimensionar os papéis dos agentes econômicos e os custos envolvidos em cada nova perspectiva criada a partir de sua aplicação. A segunda edição que agora apresentamos à comunidade interessada no tema inclui capítulos revistos e aprimorados sobre temática rica e de leitura prazerosa.

Coordenadores  
Marcia Carla Pereira Ribeiro  
Guilherme Bonato Campos Caramês

## DIREITO EMPRESARIAL E O CPC/2015

2ª edição revista, ampliada e atualizada

**Área específica**  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

**Áreas afins**  
DIREITO EMPRESARIAL E  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

**Público-alvo/consumidores**  
ADVOGADOS, MAGISTRADOS, PROMOTORES,  
EMPRESÁRIOS, ESTUDANTES DE  
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001418

D597      Direito empresarial e o CPC/2015 / Marcia Carla Pereira Ribeiro, Guilherme Bonato Campos Caramês (Coord.). 2. ed. rev., ampl. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

326 p.

ISBN 978-85-450-0523-0

1. Direito empresarial. 2. Direito processual civil. I. Ribeiro, Marcia Carla Pereira. II. Caramês, Guilherme Bonato Campos. III. Título.

CDD 341.46

CDU 346.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (Coord.). *Direito empresarial e o CPC/2015*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 326 p. ISBN 978-85-450-0523-0.

**Marcia Carla Pereira Ribeiro** é Professora Titular de Direito Societário PUCPR. Prof. Associada de Direito Empresarial UFPR. Pós-doc pela FGVSP (2006) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012). Pesquisadora Conv. Université de Montréal – CA (2007). Advogada – licenciada e Procuradora do Estado do PR – licenciada

**Guilherme Bonato Campos Caramês** é Mestrando em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Graduado em Direito pela mesma instituição. Assessor jurídico no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

### PARTE I DISSOLUÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS NO CPC

#### CAPÍTULO 1

##### APURAÇÃO DE HAVERES NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE

<b>Fábio Ulhoa Coelho</b> .....	17
1.1 Introdução .....	17
1.2 A data da resolução.....	19
1.2.1 Morte de sócio .....	20
1.2.2 Retirada imotivada .....	21
1.2.3 Retirada motivada .....	22
1.2.4 Recesso .....	22
1.2.5 Exclusão extrajudicial.....	23
1.2.6 Exclusão judicial .....	24
1.2.7 Direitos do sócio desligado .....	24
1.3 As metodologias de avaliação (art. 606).....	25
1.3.1 Impropriedade da avaliação econômica como critério legal.....	27
1.3.2 O art. 607 do CPC .....	29
1.4 Conclusão .....	30

#### CAPÍTULO 2

##### LEGITIMIDADE NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL NAS SOCIEDADES CONTRATUAIS NO CPC/2015

<b>Marlon Tomazette</b> .....	33
2.1 Introdução .....	33
2.2 As sociedades contratuais – o contrato plurilateral.....	34
2.3 Da resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial).....	37
2.3.1 A morte de um sócio .....	38
2.3.2 Recesso .....	38
2.3.3 Exclusão do sócio.....	40
2.3.3.1 Exclusão de pleno direito .....	40
2.3.3.2 Exclusão pela sociedade .....	40
2.4 Apuração de haveres.....	43
2.5 Ação de dissolução parcial de sociedade – duas pretensões no mesmo procedimento.....	44
2.6 Legitimidade na ação de apuração de haveres .....	46
2.7 Legitimidade na ação de dissolução parcial propriamente dita .....	48
2.7.1 Morte do sócio.....	48
2.7.2 Recesso .....	49
2.7.3 Exclusão .....	49
Referências.....	51

#### CAPÍTULO 3

##### A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA, À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16.3.2015)

<b>Sérgio Campinho, Mariana Pinto</b> .....	53
3.1 Breves notas sobre a dissolução das sociedades limitadas....	53
3.2 A Ação de Dissolução Parcial de Sociedade como um procedimento especial do Código de Processo Civil de 2015 .....	55
3.3 Uma crítica ao teor do <i>caput</i> do artigo 599 do novo Código de Processo Civil.....	57

3.4	A legitimidade ativa na ação de dissolução parcial da sociedade limitada.....	60
3.5	Conclusão .....	69
	Referências.....	70

#### CAPÍTULO 4

##### DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL PARA RESOLUÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL OU SIMPLES POR ESPÓLIO OU SUCESSORES DE SÓCIO FALECIDO

<b>Sandro Mansur Gibran</b> .....	71	
4.1	Introdução .....	71
4.2	Dos diferentes tipos societários.....	74
4.3	Natureza Jurídica da Sociedade.....	78
4.4	Considerações finais.....	83
	Referências.....	84

#### PARTE II

##### PENHORA DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, SEGURO-GARANTIA E ARBITRAGEM

#### CAPÍTULO 5

##### A PENHORA DE QUOTAS E AÇÕES NA LEI Nº 13.105/2015: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>Alexandre Ferreira de Assumpção Alves</b> .....	89	
5.1	Introdução e Escorço Histórico.....	89
5.2	Síntese das alterações promovidas pelo Código de Processo Civil em relação a penhora de quotas e ações.....	93
5.3	Inclusão das quotas de sociedade simples como bem objeto de penhora (art. 835, IX) .....	94
5.4	Alteração do procedimento de liquidação e pagamento da quota, fixando prazo global de até 3 (três) meses para sua conclusão, permitindo, ainda, a dilação em situações específicas (art. 861, <i>caput</i> e §4º) .....	95
5.5	Ampliação do direito de preferência aos acionistas de companhia fechada (art. 681, II) .....	99
5.6	Extensão da sistemática de pagamento ao credor prevista no art. 1.026, parágrafo único, do Código Civil às ações de companhia fechada, com exclusão das companhias abertas (art. 861, III e §2º) .....	101
5.7	Imposição de uma ordem de preferência para fins de pagamento ao credor (art. 861, <i>caput</i> , §1º e §5º) .....	103
5.8	Possibilidade de a sociedade adquirir suas próprias quotas ou ações em caso de insucesso da oferta aos sócios (art. 861, §1º) .....	105
5.9	Possibilidade de nomeação, a pedido, de um administrador pelo juiz para liquidação da quota ou da ação (art. 861, §3º) .....	110
5.10	Previsão, como última alternativa de pagamento ao credor, de leilão judicial das quotas ou ações (art. 861, §5º).....	111
5.11	Aplicação do art. 861 à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.....	113
5.12	Conclusão .....	115

#### CAPÍTULO 6

##### A EFICIÊNCIA DA ARBITRAGEM E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>Bruno Guandalini</b> .....	117	
6.1	Introdução .....	117
6.1.1	Primeira: a preservação da confidencialidade da arbitragem pelo judiciário.....	118
6.1.2	Segunda: a criação do mecanismo de comunicação árbitro-juiz .....	121

6.1.3	Terceira: os novos casos de presunção de parcialidade do árbitro .....	123
6.1.4	Quarta: a falsa oportunidade para que as partes repensem o mecanismo de resolução de disputas mais eficiente.....	125
6.1.5	Quinta: a consolidação da eficiência no controle da jurisdição do árbitro .....	127
6.1.6	Sexta: a redução dos custos de transação no controle da sentença.....	128
6.1.7	Sétima: ineficiência gerada pelo oportunismo das tutelas de urgência .....	130
6.1.8	Oitava: a concorrência do judiciário como fator incentivador da evolução da arbitragem .....	130
6.2	Notas conclusivas .....	131

## CAPÍTULO 7

### O SEGURO-GARANTIA JUDICIAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: DA CONCEPÇÃO À EFETIVIDADE

<b>Gladimir Adriani Poletto</b> .....	133
7.1 Introdução .....	133
7.2 O seguro-garantia e a sua relação jurídica.....	135
7.3 A evolução normativa do seguro-garantia judicial e o Código de Processo Civil de 2015 .....	140
7.4 Conclusão .....	152
Referências.....	153

## PARTE III

### DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

## CAPÍTULO 8

### INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO

<b>Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Irena Carneiro Martins</b> .....	157
8.1 Introdução .....	157
8.2 Origem e desconsideração da personalidade jurídica: um breve apanhado histórico .....	158
8.3 A assimilação da <i>disregard doctrine</i> no direito positivo brasileiro .....	160
8.4 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015 .....	164
8.4.1 Pressupostos de admissibilidade .....	165
8.4.2 Momento do pedido de desconsideração .....	166
8.4.3 Legitimidade ativa e passiva.....	168
8.4.3.1 Desconsideração e empresas do mesmo grupo econômico ..	170
8.5 A aplicação do CPC/2015 ao Processo do Trabalho .....	171
8.6 Considerações finais.....	174
Referências.....	175

## CAPÍTULO 9

### O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

<b>Oksandro Gonçalves, Helena de Toledo Coelho</b> .....	179
9.1 Introdução .....	179
9.2 A desconsideração da personalidade jurídica.....	179
9.3 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC .....	182
9.3.1 Estrutura legal do incidente.....	183
9.3.1.1 Legitimados .....	183
9.3.1.2 A desconsideração inversa .....	184
9.3.1.3 Cabimento.....	184
9.3.1.4 Citação.....	187

9.3.1.5	Decisão: seus efeitos e recorribilidade.....	189
9.3.2	Aplicação do incidente a todos os ramos do Direito.....	190
9.4	Conclusão .....	193
	Referências.....	194

#### CAPÍTULO 10

##### PERSPECTIVAS DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO CPC/2015 E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

**João Glicério de Oliveira Filho, Bárbara Victória Müller**

<b>Marchezan</b>	.....	197
10.1	Introdução .....	197
10.2	Personalidade jurídica e desconsideração .....	198
10.3	Perspectivas do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica previsto no CPC/2015.....	201
10.3.1	Instrumentalização do Direito Material .....	201
10.3.2	Respeito ao Devido Processo Legal .....	202
10.4	Aplicabilidade do Incidente ao Processo do Trabalho.....	205
10.5	Conclusão .....	207
	Referências.....	207

#### CAPÍTULO 11

##### O VALOR DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO NCPC E SUA PROTEÇÃO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO COOPERATIVA ENTRE MAGISTRADOS (ANÁLISE DO ART. 69, §2º, IV)

<b>Sabrina Maria Fadel Becue</b>	.....	211
11.1	Introdução .....	211
11.2	Preservação da empresa: um valor constitucional.....	212
11.3	Sentido e alcance da cooperação no NCPC .....	214
11.3.1	A cooperação judiciária interna orientada para preservação e recuperação da empresa .....	216
11.4	Minoração de Conflitos de Competência através do diálogo e cooperação entre magistrados .....	218
11.5	Síntese conclusiva .....	219
	Referências.....	221

### PARTE IV NEGÓCIOS PROCESSUAIS

#### CAPÍTULO 12

##### NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS BRASILEIRAS: “QUANTO CUSTA O ÔNUS DA PROVA”?

<b>Marcia Carla Pereira Ribeiro, Giovani Ribeiro Rodrigues Alves</b>	.....	227
12.1	Considerações iniciais.....	227
12.2	Os Negócios Jurídicos Processuais .....	229
12.3	Os Negócios Jurídicos Processuais sob o viés do Direito Societário – limitação e aspectos positivos .....	233
12.4	Pontos negativos e aspectos polêmicos.....	238
12.5	Considerações finais.....	241
	Referências.....	242

#### CAPÍTULO 13

##### TUTELAS PROVISÓRIAS E NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS EM MATÉRIA SOCIETÁRIA

<b>Gustavo Saad Diniz, Fernando da Fonseca Gajardoni</b>	.....	243
13.1	Impactos de uma nova codificação instrumental .....	243
13.2	Facetas da tutela provisória .....	244
13.3	Influência no direito societário .....	248
13.3.1	Demandas originárias das relações entre os sócios.....	248
13.3.2	Ordenamento patrimonial.....	250

13.3.3	Ordenamento empresarial .....	251
13.4	Impactos na arbitragem .....	255
13.5	Negócios jurídicos processuais.....	256
13.6	Conclusão .....	259
	Referências .....	260

#### CAPÍTULO 14

##### OS NEGÓCIOS PROCESSUAIS E A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS DE LONGO PRAZO

<b>Vinicius Klein, Matheus Vasconcelos</b> .....	261	
14.1	Introdução .....	261
14.2	Negócios processuais no Novo Código de Processo Civil: apontamentos iniciais, regramento legal e limitações às convenções processuais .....	262
14.3	O <i>design</i> dos contratos empresariais de longo prazo .....	268
14.4	Os benefícios e os desafios da adoção das convenções processuais nos contratos empresariais de longo prazo.....	275
14.5	Conclusão .....	277
	Referências .....	278

#### PARTE V

##### INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

#### CAPÍTULO 15

##### OS MECANISMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 ORIENTADOS À INIBIÇÃO DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA NO ÂMBITO DA TUTELA À PROPRIEDADE INTELECTUAL

<b>Eduardo Oliveira Agostinho, Diogo Kastrup Richter</b> .....	283	
15.1	Introdução .....	283
15.2	Sham Litigation: Origem e Conceituação .....	284
15.3	A sistemática da tutela provisória no Código de Código de Processo Civil de 2015.....	286
15.3.1	A Tutela de urgência no Código de Processo Civil de 2015..	287
15.3.2	A Tutela da evidência no Código de Processo Civil de 2015	290
15.4	A sistemática da tutela de urgência na lei da propriedade industrial .....	290
15.5	Uma releitura da responsabilidade objetiva como forma de combater a litigância predatória.....	291
15.5.1	Os princípios da boa-fé e da cooperação como normas fundamentais do Código de Processo Civil de 2015 .....	292
15.5.2	A cessação de efeitos da tutela de urgência e o consequente dever de indenizar como indícios de prática de litigância predatória nos casos envolvendo direitos de propriedade industrial .....	294
15.5.2.1	Quanto aos princípios .....	295
15.5.2.2	Quanto à indenização devida .....	295
15.6	Conclusão.....	296
	Referências .....	297

#### CAPÍTULO 16

##### O IRDR SOB A PERSPECTIVA EMPRESARIAL

<b>Guilherme Bonato Campos Caramês, Gustavo Osna, Emerson Luís Dal Pozzo</b> .....	299	
16.1	Introdução.....	299
16.2	Direito Comercial e processo: previsibilidade e IRDR? .....	300
16.2.1	Direito Comercial e segurança: calculabilidade e quebra de expectativa .....	300
16.2.2	Processo Civil e interesses seriais: o caminho ao IRDR .....	303
16.3	IRDR: duas perspectivas críticas .....	311
16.3.1	O incidente e as <i>small claims</i> .....	311

16.3.2	IRDR, Participação e Assimetria.....	314
16.4	Considerações finais.....	319
	Referências .....	321
	SOBRE OS AUTORES.....	323